

Tiago Kramer de Oliveira\*\*

**JOGOS MONETÁRIOS NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS PRODUÇÃO RURAL E COMÉRCIO NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL (1716-1750)\***

**Resumo:** Este artigo analisa a reprodução de atividades econômicas no contexto das conquistas portuguesas no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII. Destaca-se o caráter mercantil da produção, sobretudo, o comércio de mercadorias produzidas nos ambientes rurais, tanto nas minas de Cuiabá quanto nas minas de Mato Grosso. Procura-se também evidenciar ligações destas atividades com a dinâmica da economia colonial.

**Palavras-chave:** economia colonial; produção rural; Mato Grosso.

**Abstract:** This article examines the reproduction of economic activities in the context of the Portuguese conquests in the center of South America, in the first half of the eighteenth century. It is the nature of the production market, especially the trade of goods produced in rural areas, both in the mines of Cuiabá on the mines of Mato Grosso. Demand is also evidence links these activities with the dynamics of the colonial economy.

**Keywords:** colonial economy; rural production; Mato Grosso.

***Jogos monetários na fronteira do Império Português Produção rural e comércio no centro da América do Sul (1716-1750)***

A vida cotidiana é a escola obrigatória do número: o vocabulário do débito e do crédito, das trocas, dos preços, do mercado, das moedas oscilantes envolve e confina [...]. Estas técnicas tornaram-se heranças que, obrigatoriamente, se transmitem pela via do exemplo e da experiência. Determinam a vida dos homens e o dia-a-dia, ao longo da existência, das gerações, dos séculos. Constituem um enquadramento dos homens à escala mundial.

Fernand Braudel

O século XVIII foi marcante na espacialização do Império Português na América. Imensos territórios foram incorporados ao império. Conquista imposta pela guerra, pelo rifle,

---

\*\* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Endereço: Rua da Tapagem, nº 710, Centro, Cáceres, MT, CEP: 78200-000. Correio eletrônico: kramer@usp.br

\* Este texto é uma adaptação do capítulo V de nossa dissertação de Mestrado desenvolvida sob orientação do professor Carlos Alberto Rosa (Oliveira, 2008, pp. 124-148).

negociada por acordos, por astúcias, construída pela pena, pela cruz e pela espada, espacializando o colonial no centro da América do Sul. Ambientes onde emergiam as contradições da conquista, a inquestionável dominação portuguesa e os múltiplos espaços de confronto à dominação. Estes ambientes coloniais edificados e reconstruídos cotidianamente por uma diversidade de agentes sociais permanecem ofuscados por uma visão minimizadora das experiências que materializaram a reprodução de uma sociedade colonial nos territórios que formariam a capitania de Mato Grosso.

Em tempos de uma historiografia voltada para a construção de narrativas sedutoras parece mais interessante reforçar imagens como a do aventureiro paulista, dos ameríndios indomáveis, da mata indócil, da cega ambição pelo ouro, do improvisado das construções, do nomadismo do colonizador, da indocilidade dos bandeirantes, da agrura do cotidiano, da fome e da desgraça, das distâncias infinitas e intransponíveis. Neste artigo distanciamos-nos destas imagens e lançamos um olhar analítico sobre alguns documentos com o intuito de reconstruir alguns aspectos sobre a produção e a comercialização da produção rural na primeira metade do século XVIII, sabendo, obviamente das limitações que temos devido, entre outras coisas, o caráter lacunar e parcial da documentação e a dimensão subjetiva do trabalho do historiador.

O território ao centro da América do Sul onde espacializaram-se ambientes coloniais luso-americanos era percorrido por vassallos da Coroa portuguesa desde pelo menos o final do século XVII. Estes, atraídos pela possibilidade de aprisionarem ameríndios para vendê-los como escravos, adentravam cada vez mais ao interior da América. No entanto, foi somente com os descobrimentos auríferos no rio Coxipó-mirim, afluente do rio Cuiabá, a partir de pelo menos 1716, que foram formados ambientes coloniais fixos. Concomitantemente aos descobertos auríferos formaram-se ambientes rurais, que se localizavam ao longo dos rios que levavam às minas e também nos arredores dos ambientes urbanos. A cada vez mais efetiva presença luso-americana na região e a articulação desta com outras partes da América Portuguesa, possibilitou que, entre 1716 e 1727, a colonização consolidasse posições portuguesas. Consolidação que tem como principal marco a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727.

Apesar de não haver exploração aurífera considerável no rio Cuiabá, mas em seus afluentes, as minas da região foram sempre referenciadas como “minas do Cuiabá”, topônimo que se confundia até 1734 com o termo da Vila Real. As “minas do Cuiabá” estavam administrativamente submetidas à capitania de São Paulo. Ao nível local, a câmara, instituição imperial portuguesa, intermediava relações institucionais entre o local, o colonial e o metropolitano. A expansão das conquistas possibilitou que, a partir de 1734, houvesse

novos descobertos em direção oeste da Vila Real, nas minas que ficaram conhecidas com o topônimo Mato Grosso. Estas duas espacialidades, minas do Cuiabá e minas do Mato Grosso, passaram a compor o termo da Vila do Cuiabá até a criação da capitania de Mato Grosso (1748) e da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752).

Embora o objeto deste artigo seja a análise da dinâmica da produção de do comércio no centro da América do Sul, nos territórios que formariam a capitania de Mato Grosso, não é nosso intuito reduzir estas relações a aspectos endógenos da reprodução econômica colonial. A própria existência de redes comerciais e de produção voltada para o mercado demonstra a articulação dos territórios coloniais à expansão das atividades econômicas européias e aos “jogos monetários”, que nas palavras de Braudel, “não se limitam à Europa”. Embora as relações econômicas reproduzidas nas fronteiras da América Portuguesa fossem mediadas pelo domínio imperial e pelo Sistema Colonial Moderno, “é em escala mundial que se projeta e se explica o sistema, vasta rede lançada sobre as riquezas dos outros continentes” (2005, p. 419).

### **Internalização dos jogos monetários na terra da conquista**

Analisar a reprodução de atividades econômicas em áreas de intensas atividades mineradoras na América Portuguesa, particularmente na primeira metade do século XVIII, é um desafio por uma série de questões. As três principais, a nosso ver, são as seguintes: 1) certa polarização da historiografia, posta em cheque em especial na última década, entre abordagens que ofuscam a relação entre mercado interno e mercado externo; 2) a ênfase da historiografia na importância da exploração aurífera para a formação destes ambientes; 3) a escassez de registros históricos sobre a produção e as relações comerciais intra-coloniais.

A primeira questão que abordaremos diz respeito às articulações da produção voltada para o abastecimento (ou seja, das atividades econômicas, cujos produtos resultantes permanecem no mercado interno) com diferentes circuitos mercantis. Para tanto se faz necessária uma caracterização, ainda que preliminar destas atividades, do mercado que abasteciam e das redes mercantis às quais estavam articuladas.

A produção rural, desde o princípio da colonização, destinou-se em boa parte à produção de mercadorias para o mercado local. São poucos os registros de preços e não há documentação específica da produção para o período estudado. Em 1726, o secretário do governador de São Paulo, que integrou a comitiva de Rodrigo César de Meneses para fundar a

Vila Real, registrou preços das mercadorias ao longo do caminho fluvial e no arraial do Senhor Bom Jesus (ver Tabela I).

Além dos gêneros que Gervásio Rebelo discrimina os preços, o secretário do governador também cita outros que eram comercializados no arraial: arroz, carne de peixe, canjica, cuscuz, bolos, biscoitos, pastéis, pipoca, catimpuera<sup>1</sup>, aloja<sup>2</sup>, angu, farinha de cachorro, aguardente. Os preços em Cuiabá (Tabela I) eram mais altos do que ao longo do caminho fluvial, o que se deve a dois fatores determinantes: o longo período de estiagem na década de 20 e o aumento da demanda, uma vez que a população triplicou com a chegada da dita comitiva. Mesmo assim apesar da alegada “carestia” de alimentos, não há indícios confiáveis para afirmar que faltaram gêneros alimentícios para abastecer as minas do Cuiabá.

Em 1727 Cabral Camelo fez viagem de São Paulo a Cuiabá e registrou preços de vários produtos. A comparação entre os preços praticados em Camapuã entre 1726 e 1727 mostra o aumento de até 100% do alqueire de milho (9 para 16/18 oitavas<sup>3</sup>) e de 20 % do alqueire de feijão (16 para 20 oitavas) (Camelo, 1961, p. 134; Rebelo, 1961, p. 121;123). No entanto em carta para o rei D. João V em 1727, o governador Rodrigo César de Meneses registra em Cuiabá os mesmos preços de 1726 (Documento 1), o que deve estar ligado a um controle dos preços por parte da Câmara, fundada em 1727 e/ou ao aumento nas vizinhanças do arraial/vila do Cuiabá.

Sabemos que as atividades rurais atendiam basicamente o mercado local, representado pela Vila Real e nos arraiais (Ribeirão, Conceição, Jacé, Forquilha e Cocais), além de povoados e os próprios ambientes rurais, que não eram auto-suficientes. Como lembra Marx “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria”(1985, p. 81). Cabral Camelo aponta, observando as atividades no porto geral de Cuiabá,

Da barra do Coxipó há meia légua como já disse, ao porto geral do Cuiabá; nele assistem vários brancos comprando milho e feijão aos roceiros para mandarem a vender; outros o vendem por comissão, com todo o mais

---

<sup>1</sup> “**Catimpuera** [do tupi] *S. f. Bras.* Espécie de bebida fermentada, feito com aipim cozido e amassado com água e mel de abelha”. (HOLANDA, 1986, p. 370). Sérgio Buarque de Holanda define a “catimpuera” como uma bebida feita com milho e não com mandioca. Segundo esse autor, “em Minas seu fabrico era competência das mulheres, que mascavam o milho de canjica lançando-o depois no caldo da mesma canjica: já ao dia seguinte tinha seu azedo e estava perfeita (1994, p. 184).

<sup>2</sup> Sérgio Buarque de Holanda oferece duas hipóteses sobre a origem e o significado da palavra “aloha”. A primeira é que ela procederia da África. A segunda sugere a origem hispano-americana. (1994, p.184). Nos dicionários bilíngües a palavra *aloha* é traduzida para o português como “chicha”. “**Chicha**. *S. Bras.* Bebida fermentada, em geral feita de milho, mas também de sementes de fruta, tubérculos ou mel”. (HOLANDA, 1986, p. 395)

<sup>3</sup> No relato a informação é a seguinte “quando eu fui venderam a dezesseis e dezoito oitavas o milho” (CAMELO, 1961, p. 134).

mantimento; e alguns se ocupam só da pesca que não lhe rendem menos (1961, p. 139).

Havia uma rede de comércio que possibilitava o intercâmbio de mercadorias, contando com comerciantes responsáveis pelo comércio monçoeiro e por outros pequenos “atravessadores” que negociavam com os roceiros e revendiam parte de sua produção. A observação de que “alguns” ocupam-se da pesca pode parecer trivial. Uma observação rápida pode levar a concluir que se tratava de pescadores que tinham rendimentos vendendo o peixe, mas é mais do que isso. Se analisarmos a construção textual, vemos que estes “alguns” são comerciantes “brancos”, que vivem unicamente do comércio do peixe, ou seja, compravam peixes dos pescadores, que eram vendidos, secos ou salgados, desde os primeiros anos da colonização, reproduzindo práticas ibéricas de longuíssima duração.

Mas podemos afirmar que esta produção e comercialização de mercadorias do meio rural estavam inseridas em redes de comércio mais amplas?

Entre 1718 e 1736 a única via regularmente utilizada para ligar a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá a outras regiões da América Portuguesa era o caminho fluvial, que unia a região a São Paulo, pelo porto de Araritaguaba, em Itu. Ilana Blaj estudou a mercantilização da economia paulista a partir do final do século XVII, mercantilização esta que os descobertos auríferos nas Gerais “vêm apenas dinamizar e acentuar tendências e movimentos já existentes”(1996, p. 446).

Blaj não estuda as relações de São Paulo com as “minas do Cuiabá”, mas levando em conta que em 1718 começa de forma efetiva a colonização portuguesa na parte mais central da América do Sul, o mercado consumidor nas “minas do Cuiabá” emerge já como parte desta rede que ligava a elite paulista a mercados internalizados em áreas de produção aurífera. Mas não foi com pleno entusiasmo que os paulistas recebiam o impacto das áreas de mineração para a economia da cidade de São Paulo. Segundo Blaj,

Queixas contra a carestia e falta de gêneros alimentícios na região, acompanhadas de medidas como a taxação dos víveres e proibição de sua venda fora da área; reclamos contra a ação dos atravessadores, juntamente com a instituição de multas pelo conselho para tentar coibir seus negócios; protestos contra o alto preço do aluguel dos indígenas, bem como tentativas de evitar sua ida em massa para as minas; inquietações criadas pelo custo excessivo dos escravos negros; ameaça a ordem constituída provocada por forasteiros e pela população mais desfavorecida; são estas, resumidamente, as tensões emergentes nos primeiros anos do XVIII, com as quais tanto a câmara como a própria metrópole teriam que se defrontar (1996, p. 455).

Ao invés de aceitar passivamente o conteúdo dos documentos que apontam estas queixas e “perpetuar a visão de pobreza paulistana, da quase inexistência, em seu interior, de um setor mercantil, do nomadismo intrínseco de seus habitantes ou mesmo de sua propalada auto-suficiência e independência”, Blaj analisa as tensões existentes nestes discursos. Primeiro aponta que a reclamação de “carestia” de alimentos, nunca se deveu a falta destes produtos, mas sim aos altos preços que estes alcançavam. Nota-se aí, seguindo Blaj, “a dialética do movimento”, enquanto alguns reclamavam dos preços, outros, comerciantes e grandes produtores, enriqueciam com a produção e comercialização dos gêneros alimentícios. Segundo Blaj estas queixas, mostram “as tensões emergentes devido à articulação com a região mineratória” e expressam ainda “a dinamização da produção e do comércio paulistano, enriquecendo e fortalecendo assim uma elite local” (1996, p. 450; 456).

Em sua dissertação de mestrado, *Itu e Ararituaguaba na rota das monções (1718-1828)*, Silvana Alves de Godoy aponta os impactos da formação de mercados nas minas de Cuiabá (Cuiabá e Mato Grosso) e Goiás, para a economia de Itu. Apesar da contribuição significativa de sua pesquisa, Godoy a nosso ver se equivoca quando analisa a situação de Cuiabá na primeira metade do século XVIII e reproduz a tese de Sérgio Buarque de Holanda de que “nas 300 ou 400 embarcações que partiam de Ararituaguaba ‘ia o bastante para que não morressem de fome os moradores do Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades nascidas da expansão cuiabana [...]’”(2002, p. 85).

Primeiramente discordamos que a produção de Cuiabá não conseguisse abastecer o mercado local. Primeiro temos conseguido demonstrar em nossas pesquisas a formação e expansão de ambientes rurais em concomitância com os descobrimentos auríferos (Oliveira, 2008, p. 20-44). Segundo, a população das “minas do Cuiabá” só alcançou o número de 4.000 em novembro de 1726, quando veio a Cuiabá a expedição de Rodrigo César de Meneses, acompanhada de 3.000 pessoas. Logo em 1728, quando a expedição retorna, com muitos dos que vieram, a população diminui para 2.500 moradores (Rosa, 2008, p. 37). Está, portanto, descartada a hipótese de uma população entre 1718 e 1726 que extrapolasse o número de 3.000 habitantes.

O trecho entre aspas na citação é uma conhecida afirmação de Sérgio Buarque de Holanda. A autora usa a expressão “ao menos inicialmente” para tratar do período que as monções “abasteceriam” os moradores de Cuiabá de gêneros de primeira necessidade, mas a citação de Sérgio Buarque de Holanda aponta que tanto Cuiabá quanto Vila Bela, fundada em 1752, necessitavam deste abastecimento, o que parece extrapolar este “inicialmente”, ou explorar demasiadamente a imprecisão do termo “ao menos”.

Outra questão apontada pela mesma autora, citando o cronista Barbosa de Sá, é que em 1723, “as fazendas chegaram às minas podres, pois ainda não se tinha o costume de toldar a canoas” (Godoy, 2002, p. 75), somente na monção de 1724 passaram a ser utilizadas canoas toldadas que em tese possibilitariam abastecer Cuiabá de grãos. Ora, se apenas em 1724 as canoas eram toldadas somente a produção local poderia abastecer o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e os demais ambientes coloniais da região entre 1718 e 1724, o que não parece ter sido interrompido a partir de então. Parece-nos que a função das canoas toldadas era conservar a qualidade os alimentos trazidos para atender os tripulantes das monções, tripulações que podiam contar com centenas de pessoas e também para conservar alguns gêneros, que embora não fossem de “primeira necessidade” abasteciam parte dos moradores de Cuiabá que possuíam condições materiais para obtê-los.

Apesar de nossas observações, a dissertação de Godoy analisa questões importantes sobre a economia de Itu e da freguesia de Ararituaba que contribuem pra a percepção do funcionamento da economia. Assim como Blaj mostra que a economia de São Paulo dinamizou-se com as descobertas nas Gerais, Godoy mostra o impacto que as descobertas de Cuiabá e Goiás tiveram sobre a economia de Itu e Ararituaba, tendo implicações inclusive na formação de ambientes rurais que buscavam abastecer as monções e concorrer para o abastecimento do mercado interno nas regiões de mineração com a produção de mercadorias como aguardente e o tabaco.

De acordo com Godoy, em 1728, mesmo ano em que houve várias concessões de sesmarias nas minas do Cuiabá, foram concedidas sesmarias em Ararituaba “com o objetivo de atender as rotas que iam para as minas”(2002, p. 134). O caráter mercantil destas espacialidades rurais é evidente, sendo evidente também a articulação entre as espacialidades rurais engendradas em diferentes regiões da América Portuguesa: enquanto formavam-se unidades produtivas em Itu para garantir o comércio entre Cuiabá e São Paulo, formaram-se unidades produtivas em Cuiabá que, além de garantirem a reprodução do mesmo comércio, abasteciam o mercado local de Cuiabá (inclusive as embarcações que vinham e voltavam de São Paulo) de alguns gêneros e concorriam para o abastecimento de outros. Além das fazendas de exploração de trabalho escravo, segundo Godoy, também os pequenos agricultores vendiam parte de sua produção para abastecer as empresas monçoeiras (2002, p.34).

## Os engenhos de Cuiabá e de Mato Grosso: jogos de troca, jogos de escala

As articulações entre as espacialidades rurais engendradas em Cuiabá e São Paulo ficam mais claras quando analisamos a questão da construção de engenhos em áreas de mineração. Para entendermos os interesses que envolviam a construção de engenhos nas “minas do Cuiabá”, precisamos “jogar com as escalas” e percebermos o problema em uma perspectiva que rompa com o suposto isolamento dos mercados locais para reconstruirmos articulações entre as diferentes praças comerciais e percebermos os jogos de interesse, inclusive por parte do Império Português.

A coroa portuguesa proibia a construção de engenhos em áreas de mineração. A proibição ocorreu ainda em 1715, portanto antes das descobertas de ouro nas “minas do Cuiabá”. A proibição ocorreu no contexto da formação de engenhos na região das “minas Gerais”. Segundo Zemella,

No começo do século XVIII, muitos engenhos foram erigidos na região aurífera empregados, sobretudo, na destilação de aguardente de cana. A Coroa, atendendo ao fato de que estas lavouras ocuparão grande número de braços que podiam empregar-se com maiores lucros para os quintos, na extração do ouro, e considerando também que tais fábricas concorriam para a perturbação do sossego público, pelas desordens provocadas pelos negros embriagados, proibiu, em 18 de novembro de 1715, a instalação de novos engenhos (1990, p. 212).

A própria autora concluiu, citando documentos, que a despeito dessas leis proibitivas, “multiplicaram-se de tal modo os engenhos que [...] rara era a fazenda, ainda que pequena, onde não houvesse produção de aguardente” (2002, p. 213). Ainda tratando-se de Minas Gerais, Guimarães e Reis, em um trabalho pioneiro sobre o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, afirmam

[...] que não só a coroa sabia, como não impediu a implantação de engenhos, nas Minas, fossem de moer ou de pilões. Aqui uma observação de faz necessária. É inegável a existência de uma Ordem Régia de 1715 onde se proíbe o levantamento de novos engenhos, bem como o fato de que Assumar proibiu o plantio de cana em 1718. Mas, da existência da proibição à sua obediência, vai uma longa distância. A coroa sempre deixou brechas em sua legislação, permitindo que ela fosse desnecessária (1986, p.19).

Apesar de concordarem com Zemella em relação ao fato de que as proibições reais não foram cumpridas, os autores discordam da relação entre o poder real e os colonos. Enquanto para Zemella a construção de engenhos foi uma desobediência das ordens reais por parte dos colonos Guimarães e Reis, por outro lado procuram explicar a construção dos engenhos nas

“brechas da legislação”, que se constituiria como uma desobediência consentida, revelando as contradições das relações entre metrópole e Colônia.

Apesar de concordarmos inicialmente com Guimarães e Reis, nos arriscamos a lançar uma terceira interpretação sobre o assunto. Se existiam brechas na legislação portuguesa, estas eram espaços de disputa entre os grupos que controlavam a produção e o comércio de derivados de cana, principalmente a aguardente. A relação de Minas Gerais com seu principal fornecedor de mercadorias, o Rio de Janeiro, coloca outros elementos sobre a questão. Segundo Florentino e Fragoso o governador do Rio de Janeiro queixava-se do movimento da saída de pessoas e riquezas para as Minas Gerais, “segundo ele, tais movimentos estariam desaparecendo os engenhos e fazendas, e levando à completa ruína da cidade”(2001, p. 73). A concorrência dos engenhos das Gerais e a saída de produtores do Rio de Janeiro para estas minas geraram uma crise nos engenhos fluminenses (2001, p. 74). Rocha Pita, comentando a situação do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVII, afirma

No seu recôncavo houve cento e vinte engenhos; os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentaram as mais fazendas e lavouras (1976, p. 64).

Mais do que apenas verificar a diminuição do número de engenhos a afirmação de Rocha Pita compartilha de uma posição política assumida pelo governador da capitania, por parte da elite local e pela câmara.

Com a crise da produção açucareira na América Portuguesa, a produção de aguardente tornou-se importante para os proprietários de engenho fluminenses, pois era por meio dela que, em transações atlânticas, compravam escravos africanos e em transações internas abasteciam um mercado consumidor cada vez maior nas Minas Gerais. Não seria de admirar que, seja junto ao governador seja por meio da câmara, os produtores e comerciantes do Rio de Janeiro fizessem todos os esforços junto à coroa para impedir que os engenhos se alastrassem nas Gerais e ameaçassem os interesses da elite fluminense. A análise do caso de Minas Gerais e do Rio de Janeiro demonstra que a produção de aguardente e a “fabricação” de engenhos envolviam muito mais do que questões políticas da ordem do bem comum.

Assim como a construção de engenhos em Minas Gerais contrariava os interesses dos senhores de engenho fluminenses, a existência de engenhos nas minas do Cuiabá ocorriam em detrimento dos interesses dos produtores e comerciantes paulistas que dominavam o comércio monçoeiro. Em 1723, Rodrigo César de Meneses proibiu a instalação de engenhos nas minas

do Cuiabá. Os argumentos eram idênticos àqueles utilizados para proibir a construção de engenhos em Minas Gerais,

Como a experiência tem mostrado o prejuízo que têm causado os engenhos de aguardentes, não só nas minas, mas em todas as partes do Brasil e serem a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição dos negros, [...] que pessoa nenhuma de qualquer estado e condição que seja, faça os ditos engenhos, por evitar as prejudiciais conseqüências que os haver se podem seguir (Documento 2).

Vinte anos depois, a câmara de São Paulo queixava-se ao rei “sobre o prejuízo que se faz a estes povos a fábrica de fumos e tabacos e aguardentes em Minas (Cuiabá e Goiás) e que era conveniente vedar a dita fábrica delas” (Documento 3)<sup>4</sup>. Os argumentos são sempre os mesmos da proibição de 1715, qual sejam: o prejuízo à mineração pela utilização de escravos africanos e os danos ao “bem comum” causados pela embriaguez.

A descoberta das minas do Mato Grosso e a constituição das minas do Cuiabá como produtor e entreposto comercial para o Mato Grosso, motivaram o grupo de senhores de engenho, através da câmara, a manifestarem-se ao rei sobre a necessidade de conservação dos engenhos. Em uma carta na qual o ouvidor informava ao rei os assuntos tratados nas “juntas” da câmara, este relatava que

A primeira junta foi sobre a conservação, ou demolição dos engenhos, em que se fabricam as águas-ardentes de cana; nela se assentou conservassem os que atualmente permanecem e que no novo descobrimento do Mato Grosso se não plantasse canas, nem fabricasse engenho algum de novo; sem embargo do que tenho notícia que já destas Minas foram alguns instrumentos para se fabricar um engenho no dito descobrimento; que se conservem os que estão nestas Minas parece justo, para não perder de todo os donos deles; de se fabricarem de novo, e principalmente em descobertos é divertir [...] de minerar vinte ou trinta escravos, que em cada um se ocupam, e buscar meio para se perderem muitos homens com bebidas, como aqui se experimenta e será justíssimo que Vossa Majestade proíba com penas graves que senão façam no futuro semelhantes engenhos; e assim o praticou o general desta capitania Antonio da Silva Caldeira na criação das minas dos Goyases, por a experiência ter mostrado o prejuízo que causam os ditos engenhos (Documento 4).

Os mesmos argumentos utilizados pela câmara de São Paulo e do Rio de Janeiro para que não se fabriquem engenhos em áreas de mineração foram utilizados pelos membros da câmara e pelos senhores de engenho da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá para tentar impedir que se construíssem engenhos nas minas do Mato Grosso. Outra semelhança

---

<sup>4</sup> É importante destacar que o documento também faz referência ao tabaco que era plantado e manufaturado em Cuiabá desde o princípio da colonização.

importante com o documento de 1715, é que os senhores de engenho de Cuiabá pedem o mesmo benefício dos senhores das Minas Gerais, qual seja, não criar-se novos engenhos e não demolir os já existentes. Isto garante aos atuais donos de engenho uma reserva de mercado para seus produtos. Da “junta” ainda podemos perceber que os interesses dos senhores de engenho também se voltam para as minas goianas, principalmente com a proximidade da conclusão da abertura do caminho de terra que ligava Goiás a Cuiabá.

Apesar das tentativas dos senhores de engenho de Cuiabá, estes acabaram malogrando em seu objetivo. Os documentos apontam que tanto em Goiás quanto nas minas de Mato Grosso foram construídos engenhos, o que não nos autoriza afirmar que a aguardente produzida em Cuiabá não abastecia também estes mercados. A Coroa, contudo, relutava em tomar medidas definitivas a respeito da conservação ou demolição dos engenhos em áreas de mineração. O rei em 1739 escreveu ao governador de São Paulo

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presentes os danos que resultam dos engenhos e engenhocas de fazer aguardente de cana, sou servido proibir a nova fundação de semelhantes fábricas, enquanto eu não tomo a última resolução sobre esta matéria que pende indecisa por algumas informações, de que vos aviso, para que não deis licença, nem consintas que se erijam de novo os ditos engenhos nos distritos do novo governo (Documento 5).

É interessante perceber que o rei reitera sua resolução ordenando que “não concedas licenças, nem consintas”, ou seja, o rei não só tinha conhecimento que era concedido o direito de construir engenhos sem a legalização do empreendimento, como também buscava controlar (o que não quer dizer que controlava) os instrumentos não legais de concessão deste direito.

Demoraria mais quatro anos para que o rei decidisse sobre a questão. Apesar do empenho das câmaras da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e também da Câmara da Vila Boa de Goiás (Documento 6) o rei em 1743 lançou ordem que parecia definitiva:

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presente que sem embargo das minhas ordens se fabricam nas minas do Goiás e Cuiabá muitas engenhocas de fazer aguardentes, de que resultam vários inconvenientes e detrimento grande aos moradores de serra acima dessa capitania sendo também nocivas à conservação destas minas [...] findos que sejam os atuais contratos dos dízimos às minas dos Goiás e Cuiabá, façais demolir todas as engenhocas que nelas se acharem, proibindo a sua reedificação e nova construção com a pena de dois mil cruzados, a metade para a minha real fazenda e outra para o denunciante e de cinco anos de degredo para o Rio Grande de São Pedro, perder seus escravos e fábrica das ditas engenhocas; o que vos ordeno façais assim executar, mandando para este efeito publicar esta minha real ordem e registrar na

secretaria desse governo, ouvidorias dele e mais partes onde convier para que conste a todo tempo o que por ela ordeno e se não alegue ignorância (Documento 3).

Nesta ordem régia ficam mais evidentes os interesses que estavam envolvidos na discussão sobre a demolição dos engenhos em Cuiabá e em Goiás. O fato do rei não especificar os “inconvenientes” pode decorrer do largo conhecimento de todos da argumentação que está contida em toda a documentação sobre a questão da proibição da construção de engenhos desde a resolução de 1715. O ponto interessante neste documento é que o rei justifica sua resolução (além destes “inconvenientes”) pelo prejuízo causado aos moradores de São Paulo, ou seja, aos comerciantes, plantadores de cana e produtores de aguardente. A explicitação desta justificativa, não indica, a nosso ver, um novo motivo para a proibição da construção de engenhos, em relação ao conteúdo da proibição de 1715, mas sim a emergência de um conteúdo que está nas entrelinhas desta, que dizia respeito aos interesses dos comerciantes e proprietários de terras naquela ocasião fluminenses e agora, paulistas.

A ordem do rei para que se espere o findar dos contratos dos dízimos para demolir os engenhos é um indício da importância dos tributos pagos pelos engenhos para a arrecadação destes. Um olhar sobre os valores dos contratos dos dízimos revela que houve a queda do valor deste contrato, justamente após o término do contrato vigente, de 6.000.430 réis anuais para 2.000.500 réis (Documento 7), o que poderia reforçar a hipótese de que os engenhos tivessem sido demolidos.

Percebemos, no entanto, que esta ordem não teve efeito, nem no termo da Vila do Cuiabá nem no termo da Vila Boa de Goiás. Em 1744 o governador de São Paulo escreve ao rei anexando documentação da câmara da Vila Boa de Goiás e uma carta do ouvidor da Vila do Cuiabá. O ouvidor insiste na importância da manutenção dos engenhos

É certo que os únicos bens de raiz que há nestas minas são as ditas engenhocas, pois as roças, chácaras e sítios, não duram e facilmente se largam e desamparam o que não sucede com os tais engenhos, pois que custam muito preço a sua construção inda que haja distantes descobertos, ou [...] falta de ouro sempre os donos dos ditos engenhos se conservam neles, como se viu quando houve o descoberto do Mato Grosso, que desertando destas minas a maior parte dos moradores sempre se conservarão as relíquias desta tão distante Colônia nos ditos [...] engenhos. Se os ditos engenhos se destruíssem ficava muita gente perdida porque quase todos os donos deles os estavam devendo e uns aos juízos dos ausentes; outros a várias pessoas particulares, e neste caso [...] uns e outros perdidos [...] preciso desertar. Como estão fazendo outras muitas pessoas implicadas com muitas dívidas (Documento 6).

Outros documentos como a Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá de José Gonçalves Fonseca confirmam a continuidade e a expansão dos engenhos produtores de aguardente (2001, p. 34). Em 1747, D. Luiz de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo, defendia a manutenção dos engenhos nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso,

[...] e os mesmos fundamentos porque julguei se não deviam demolir os engenhos de Goiás militam com muito mais força a favor dos senhores de engenhos do Cuiabá e Mato Grosso, por ser conveniente ao serviço de V. Majestade o aumento dos seus reais domínios, como também a conservação deles, que por todos os modos se estabeleçam aquelas minas, cujos moradores se fazem dignos da real atenção de V. Majestade [...] (Documento 8).

No entanto o ouvidor ressalta este aspecto com o objetivo bastante claro de construir a idéia de que para garantia da manutenção daquela “colônia” era imprescindível a manutenção também dos engenhos. O fato de o ouvidor argumentar que os senhores de engenho estavam endividados não pode levar a conclusões apressadas sobre a situação desta atividade econômica, mas pôde servir de justificativa para o ouvidor argumentar que sem os engenhos estes senhores não teriam como pagar tais dívidas.

Mas o documento acima traz a tona outra questão: a evasão populacional de Cuiabá por causa dos descobertos das minas do Mato Grosso. Não concordamos com a tese da evasão populacional, aliás, no próprio documento fica claro que parte da elite da Vila Real, que possuía engenhos, permaneceu na Vila. Os documentos não são construções neutras, envolvem interesses. Neste caso dos senhores de engenho, em construir uma “verdade” que legitime a manutenção desta atividade econômica.

Nota-se com alguma clareza que, como afirma Carlos A. Rosa, a manutenção dos engenhos, particularmente nas minas do Mato Grosso, passaram “a ter um sentido ‘geopolítico’”(ROSA, 2000, p. 159). No ano da fundação da capitania de Mato Grosso e às vésperas da assinatura do Tratado de Madri, esse “sentido” pode ser identificado claramente no parecer do Conselho Ultramarino:

[...] não parecem as razões por que se proibiram estes engenhos [no Mato Grosso] tão atendíveis e fortes que não cedam às do bem do comércio, liberdade dele e utilidade particular e pública que se consideram nestas informações, principalmente quando hoje se tem assentado ser mais necessária e concernente a povoação de Mato Grosso que a do Cuiabá (Documento 9).

Os indícios da documentação permitem perceber que trechos como “desertando destas minas a maior parte dos moradores” devem ser analisados levando em conta as relações de força e os interesses que orientam a escrita dos documentos.

### **Ruralidade e comércio nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso**

A hipótese de uma evasão da população das minas do Cuiabá foi construída com base em uma análise superficial da documentação. Do ponto de vista historiográfico, a questão da evasão populacional envolve outros assuntos igualmente polêmicos. Parte da historiografia sobre Mato Grosso defende a tese de uma profunda crise na mineração no termo da Vila Real no final da década de 20 que se estende ao longo do século XVIII. Juntamente com esta tese três corolários, a saber: 1) o caráter de subsistência das atividades agrícolas, 2) a lenta reordenação de capital da mineração para a pecuária; 3) o esvaziamento demográfico das “minas do Cuiabá”. Uma obra marcante que defende as hipóteses descritas acima é o livro “A conquista da terra no universo da pobreza” de Luíza R. R. Volpato. A autora caracteriza o meio rural como espaço de subsistência formado em decorrência de uma profunda crise na produção aurífera. Segundo Volpato a sobrevivência da sociedade se deu graças a um equilíbrio econômico precário (1987, p. 19). Ainda de acordo com a autora “a economia em Mato Grosso não conseguiu estruturar-se, mantendo-se na fase embrionária, acarretando assim pesado ônus à vida cotidiana mato-grossense, gerando um quadro de pobreza generalizada” (1987, p. 10; 19; 99-100).

Elmar Arruda constrói uma análise que se distância da abordagem de Volpato. O autor reconstrói o meio rural de Mato Grosso como espaço constituído em ligação a um mercado interno. O autor afirma que “a agricultura é cultivada desde os primeiros anos de exploração do ouro, em pequena escala, mas sempre aumentando o número de plantações” (1991, p. 95). Arruda propõe que a ocupação do meio rural deu-se em função dos altos preços dos produtos no litoral o que ocasionou a “queda da capacidade de importação”. Devido à desvalorização do ouro no mercado internacional e os custos do transporte os “preços tornam-se mais altos que o poder de compra do ouro” (1991, p. 40).

Em resumo, Arruda utiliza a documentação de livros de registro para afirmar que não houve decadência na produção aurífera, argumenta que a ocupação do meio rural deu-se em função dos altos preços dos produtos no litoral e que o comércio intra-capitania garantiu a manutenção da atividade mineradora, assim como absorvia o capital da mineração e

diversificava as atividades econômicas, possibilitando um emprego de capital mais seguro na agricultura e na pecuária (1991, p. 47)<sup>5</sup>.

Tanto as argumentações de Volpato quanto de Arruda são lacunares e imprecisas sobre a vinculação entre a mineração e o desenvolvimento de atividades agrícolas, particularmente para a primeira metade do século XVIII. De certa forma os dois partilham de uma mesma orientação teórico-metodológica, a saber: a situação da principal atividade econômica, no caso a mineração, determina o desenvolvimento das outras atividades, como por exemplo, a agricultura. Neste ponto discordamos dos dois autores. Defendemos a tese de que a produção rural possuía uma dinâmica relativamente autônoma, articulada a outras atividades econômicas, inclusive com a mineração, mas que não respondia espasmodicamente aos altos e baixos da produção aurífera.

Não há dúvida de que uma crise na atividade mineratória diminui a circulação de dinheiro nas regiões mineiras, mas é necessário compreender que longe do improvisado e da instabilidade, as relações de comércio eram baseadas em cadeias de crédito/endividamento. Para utilizarmos as palavras do ouvidor de Cuiabá, o “costume” de comprar e vender “fiado” (Documento 10), não era apenas um acordo entre comerciantes e consumidores, mas também envolvia o sistema administrativo português, uma vez que “nesta terra os homens comerciam uns com os outros roupas e escravos e outras quaisquer fazendas por escrituras públicas e créditos” (Documento 11). Deste modo a economia movimentava-se de forma que a dívida de um, muitas vezes transformada em escrituras públicas, poderia tornar-se a garantia de pagamento de outrem, movimentação que sofreria abalos se houvesse estado de “queda livre” na extração do ouro, o que não era o caso.

Mas por outro lado, concordamos com Elmar Arruda quando este afirma que houve investimentos de lucros das atividades mineratórias na agricultura e na pecuária, o que fica bastante evidente na documentação. Também concordamos com este autor que houve a estruturação de um mercado interno, e nossa análise partilha com sua a afirmativa de que houve o desenvolvimento de atividades agrícolas ligadas a este mercado desde o princípio da formação de uma sociedade colonial luso-americana nas terras que formariam a capitania de Mato Grosso.

---

<sup>5</sup> “Descarta-se a possibilidade de uma decadência na produção aurífera, até porque somente a condição de significativos excedentes, poderia oferecer bases para investimentos em outras atividades” (1991, p. 47). Contrariando a tese de Alcir Lenharo de uma lenta reorientação da economia da mineração para a pecuária devido a uma profunda crise na produção aurífera. (LENHARO,1982).

É também evidente que a hipótese de um estado de miséria, ou até mesmo de pobreza, generalizada, defendida por Volpato, pode ser facilmente descartada se nos ativermos, com o mínimo de critério, à análise dos documentos do período.

Resta expormos, de forma mais detalhada, o terceiro corolário da tese da “crise da mineração”: a evasão populacional das “minas do Cuiabá”. Documentos de autoridades preocupadas com o despovoamento de Cuiabá e o relato de cronistas serviram de base para Otávio Canavarros apontar que desde o final da década de 1720, Cuiabá sofria com a evasão populacional (2004, p. 159)<sup>6</sup>. Se levarmos em conta o Quadro I, citado do texto de Carlos Rosa (2003, p. 37), vemos que houve queda da população entre 1727, 28 e 29.

Primeiramente, para uma análise deste quadro deve-se levar em conta a monção de aproximadamente 3000 pessoas que acompanhou Rodrigo César de Meneses em 1726 e que retornou em 1728 com muitos dos que vieram. A população do termo do Cuiabá com a chegada da monção de Rodrigo César de Meneses chegou a quatro mil pessoas, contando brancos, negros e índios batizados diminuindo consideravelmente após sua partida. Foi ainda determinante para este quadro a postura adotada pelo sucessor de Rodrigo César de Meneses, o governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel, que resultou na redução do fluxo de embarcações que de Araritaguaba partiam para as minas do Cuiabá entre os anos de 1728 e 1729 (Documento 12).

Entre 1736 e 1738 a população de Cuiabá não regrediu, ao contrário, teve um aumento de 22,05% de um ano para o outro e mais de 100% de aumento em relação a 1729, recuperando a população que tinha em 1727<sup>7</sup>.

Pelo número de habitantes podemos admitir a hipótese que entre 1728 e 1730 houve um período de crise, sendo a queda populacional não a causa desta, como é óbvio, mas seu sintoma. As secas podem ter tido contribuição determinante para este quadro, os preços atingiam valores altíssimos, o que trazia um grande custo para os senhores de escravos, tanto que, logo que em 1728, com as chuvas, a prioridade destes senhores passou a ser a plantação

---

<sup>6</sup> “À população de Cuiabá só restaram duas atitudes: a de abandoná-la ou a nela permanecer. Entre os quais abandonaram, provavelmente a maioria, alguns retornaram a São Paulo e outros foram para Goiás, onde as novidades se sucediam. Os que ficaram, pouquíssimos permaneceram no perímetro urbano. Os ‘sobreviventes’ do primeiro ‘rush’, digamos assim, foram morar nos sítios dos arredores e/ou voltaram ao sertão, reiniciando o bandeirantismo, que nunca haviam abandonado totalmente, fosse para novas descobertas, fosse para a procura de mão-de-obra, ou para ambas as coisas, concomitantemente”. (2003, p. 159).

<sup>7</sup> Apesar de quatro mil pessoas não ser um número insignificante, este contingente era minúsculo em relação às sociedades indígenas. Segundo Carlos Rosa “os dados demográficos sobre sociedades indígenas nesta parte mais central são ainda precários. Os Paiaguá, nos confrontos entre 1725 e 1734, somaram 2300 guerreiros. Os Xarayé tinham em cada aldeia cerca de 1000 pessoas. Os Baure, Moxo, Cajubaba e Canichana somavam 60500 pessoas. Toda a população colonial do Cuiabá até 1750 representava menos que 7% da população subestimada de apenas cinco das sociedades ameríndias” (ROSA, 2003, p. 37).

de roças para garantir a subsistência de sua mão-de-obra. Naquele ano o governador Rodrigo César de Menezes relatou que “por andarem os negros ocupados a plantar e replantar roças [...] houve tempo em que às faisqueiras não chegaram a andar trezentos negros” (Documento 13). A expressão “houve tempo”, pressupõe que esta condição não era permanente. Segundo Carlos Rosa,

No biênio 1728-1729, com a queda da população das lavras do Sutil, de Jacé, da Conceição, de Cocais, decorrente da seca, da intensificação do fisco, da “fama” das “Minas dos Goiazes”, - houve um temporário esvaziamento do espaço urbano e suburbano da Vila cuiabana. Mas na vila e em seus subúrbios permaneceram moradores com poder suficiente para financiar novas bandeiras prospectivas, como as que acabaram encontrando ouro no Mato Grosso dos Pareci, a Noroeste (ROSA, 1996, p. 126).

Em relação à população rural especificamente, não há indícios de dispersão de seus habitantes para outras regiões, pelo contrário, se nos ativermos às cartas de sesmarias, podemos perceber que enquanto a mineração poderia estar se retraindo a ocupação de terras para o plantio e criação (sobretudo de porcos) aumentava (Documento 14). Também os engenhos como afirma Camelo, entre 27 e 30, aumentaram de um para cinco estabelecimentos (1961, p. 139). Ainda em 1730, segundo Barbosa de Sá “chegou ao fim deste ano uma grandiosa monção de povoado com muitas gentes e fazendas e nela o doutor José de Burgos Vilalobos”(1975, p. 29).

Tudo leva a crer que entre 1728 e 1734 a economia e o abastecimento foram reestabilizados.

Se por um lado descartamos a hipótese de uma evasão populacional das “minas do Cuiabá” para as “minas do Mato Grosso” por outro reforçamos a importância da formação de ambientes coloniais nestas últimas minas para compreendermos a dinâmica da economia colonial especializada no centro da América do Sul. A exploração aurífera e a formação de um mercado consumidor “nas minas do Mato Grosso”, impulsionou as atividades produtivas e comerciais em todo o termo da Vila Real. Rapidamente constituíram-se três arraiais nas minas do Mato Grosso, dos quais o principal era o arraial de São Francisco Xavier. Os valores registrados evidenciam a diferença de preços entre as minas do Cuiabá e do Mato Grosso (Tabela III).

Além do registro dos preços das mercadorias em 1736, nos “Anais da Vila Bela” consta que o milho era “produto das roças e plantas do mesmo descoberto” (2001, p. 16), não apontando o mesmo para o feijão, o que é um sinal de que este produto não seria produzido o suficiente para abastecer os arraiais e povoados do distrito de Mato Grosso. Este fato poderia

explicar a contínua alta do preço do feijão (“depois, pelos anos adiante, passou a valer 20 oitavas; chegou a valer a quantia de ouro uma quarta” (2001, p. 16), e a queda do preço do milho de 6 para 4 oitavas.

A tendência geral dos preços no distrito do Mato Grosso aponta valores bem mais altos do que os praticados no distrito de Cuiabá (Tabela III), mas os preços de uma forma geral apontam para uma tendência de queda entre 1736 e 1737. É preciso apontar que no documento citado como referência dos preços de 1737-38 das minas do Mato Grosso e em Cuiabá, consta que os preços em Cuiabá são os mesmos praticados há pelo menos dez anos (Documento 15). A estabilidade dos preços em Cuiabá deveu-se além do aumento da produção, à taxaçaõ dos preços pela câmara da Vila Real e o controle e fiscalizaçaõ quanto aos preços, exercido por outras expressões locais de poder.

No entanto, se compararmos os preços nas minas do Mato Grosso na Tabela II com os preços registrados na Tabela I, podemos perceber que os preços praticados nos arraiais de Mato Grosso são bem menores do que os preços das mercadorias nas minas do Cuiabá em seus primeiros anos de colonizaçaõ. O fato dos preços nas minas do Mato Grosso não ter alcançado os valores praticados em Cuiabá no princípio de sua colonizaçaõ certamente esteve ligado aos efeitos da consolidaçaõ e da estabilidade econômica da Vila Real. É preciso salientar, contudo, que as intensas secas que na década de 20 assolaram a região, e que ao que tudo indica deram trégua na década de 30, podem ter sido outro fator que influenciou na queda dos preços em Cuiabá e conseqüentemente em Mato Grosso.

A comunicaçaõ entre os territórios das minas do Cuiabá e os ambientes coloniais das minas do Mato Grosso foi estabelecida por vias fluviais e por caminhos de terra. Um caminho por terra foi aberto em 1736, antes da abertura do caminho que ligava Cuiabá a Goiás, que só foi concluído em 1737. Nos primeiros anos os produtos transportados de Cuiabá a Mato Grosso eram conduzidos “nas costas dos negros”, segundo as autoridades “por não haver cavalos nestas minas”(Documento 15). Sabemos que havia cavalos trazidos nas monções e por ameríndios, mas talvez não em número suficiente para o transporte de mercadorias, situaçaõ que se alteraria com a abertura do caminho de terra de ligava a Vila Boa de Goiás e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, concluído em 1737.

A abertura de um caminho de terra que efetivasse a comunicaçaõ entre Cuiabá e Goiás era reivindicada por vários motivos, entre eles a dependência do comércio de gado e cavalos com os Mbayá-Guaycuru. Uma “junta”, que reunia os membros da câmara da Vila Real e pessoas localmente influentes, discutiu a questãõ.

A segunda (junta) foi sobre fazer ou não comércio com o gentio cavaleiro para se meterem cavalos nestas Minas, bem necessários são porque não há dez capazes de se montar neles por velhos; mas este comércio com o gentio é muito arriscado, inconstante; abrindo-se caminho para as dos Goiaz como se tem intentado, virá cavalaria em abundância (Documento 4).

E de fato a abertura do caminho de terra possibilitou a entrada de gado, muares e cavalos em grande escala para o termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá,

Com cinco dias de viagem deste rio Cuiabá para o novo descobrimento do Mato Grosso, onde vou à [...] do novo sistema de capitação, me veio a notícia de ter à vila o Capitão Antonio de Pinho de Azevedo de volta das Minas dos Goyazes para onde tinha partido em junho do ano passado com emprego de abrir caminho destas para aquelas, o que se dificultava por ser povoado de numeroso gentio, e como se conseguiu esta empresa com a ida, e volta do sobredito, e de seus camaradas, dou a V. Majestade esta conta [...] este caminho há de servir de grande utilidade à fazenda de Vossa Majestade, à extensão dos seus domínios, e foi de grande gosto para todos os moradores destas, e daquelas Minas; e pelo mesmo caminho me consta vieram quatrocentos e tantos cavalos de que havia grande necessidade nestas terras para com eles se continuarem o novo descobrimento do Mato Grosso (Documento 16).

A abertura do caminho converteu-se, mesmo antes de sua conclusão, em uma lucrativa atividade econômica, com o aprisionamento de “bastante gentio Bororo” que “tomaram cativos todos”(Documento 16)<sup>8</sup>. O fluxo não somente de cavalos, mas de gado e outras mercadorias intensificou-se ao longo dos anos. Apesar de já haver gado em Cuiabá desde o princípio da colonização, foi somente após a abertura deste caminho de terra que a região pode contar com a quantidade de gado suficiente para a formação de grandes latifúndios dedicados à pecuária. Arruda aponta relevantes impactos da pecuária. Segundo este autor “a presença do gado alarga os horizontes do comércio, não significando apenas suprimento de carne, mas também que transporte de cargas ganham mais velocidade”(Arruda, 1991, p.79).

A partir principalmente da década de 1740 formaram-se grandes latifúndios na parte norte do Pantanal, mudando inclusive o perfil dos pedidos de sesmarias para a região, antes principalmente para a instalação de engenhos, criação de porcos e cultivo de roças e agora também para a formação de currais. Os grandes latifúndios abertos pela elite local mostram um investimento de capitais advindos da mineração na pecuária extensiva (Siqueira, 1997, p. 37-40). Mas a importância destes dois caminhos de terra extrapola a questão da entrada de gado, cavalos e muares para Mato Grosso. A historiografia construiu uma imagem da rota

---

<sup>8</sup> A carta do ouvidor denunciava ao rei “os abusos” das autoridades, no caso do Governador Geral da Capitania de São Paulo, em autorizar a escravização de índios. É óbvio que não podemos ser ingênuos em identificar as palavras do ouvidor como neutras, o que não invalida referências a questões irredutíveis às relações de poder entre as autoridades metropolitanas.

Goiás-Cuiabá como uma via de mão-única na qual apenas trazia-se gado, cavalos e muare para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso. No entanto a produção de mercadorias de alto potencial mercantil como a produção de aguardente em escala considerável e de tabaco, por exemplo, são indícios de que a produção do termo da Vila Real estava ligada a relações comerciais mais amplas com outras praças comerciais da América Portuguesa.

Ainda na década de 40 foram exploradas duas rotas fluviais que ligavam as minas do Cuiabá e do Mato Grosso ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, como consequência busca pelo contado com as missões espanholas. O primeiro contato, que se tem notícia, entre portugueses e as missões jesuíticas espanholas ocorreu em 1740 (Canavarros, 2004, p. 216). Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742 e partiu do arraial de São Francisco Xavier. Esta viagem é minuciosamente relatada em uma “Relação” feita pelo ouvidor geral da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira (2001). Mesmo antes de explorar a rota Guaporé-Madeira havia ambientes rurais que possibilitavam o abastecimento das embarcações além de tornaram-se locais estratégicos de contatos entre os súditos das coroas portuguesa e espanhola. Além de visitar as missões jesuíticas, os sertanistas foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará, a partir do rio Guaporé (Anais da Vila Bela, 2001, p. 20). Esta aproximação entre colonos portugueses e missões jesuíticas dava-se entre os dois estados da América Portuguesa, o estado do Brasil e do Grão Pará e Maranhão, e com bastante cautela de todos os lados.

O extremo oeste não era o único espaço a contar com o interesse dos sertanistas. Em 1746, no curso do rio Arinos, expandia-se a conquista ao norte. Tão logo foram descobertas as minas dos Arinos os comerciantes cuidaram de abastecer a incipiente povoação de ferramentas, sal e outros mantimentos que não se produziam no local (Fonseca, 2001, p. 27). Além de buscar lucros, as práticas comerciais impulsionavam a exploração de novos caminhos, a descobertas de rotas e marcavam territórios, avançavam as fronteiras (Fonseca, 2001, p. 27). A colonização dos Arinos não foi bem sucedida, não pela característica efêmera do projeto de colonização, mas ao contrário, o que não possibilitou a efetiva colonização destas minas foi a não possibilidade de colocar em funcionamento as engrenagens de sua reprodução social, já que os achados auríferos não se mostraram rentáveis e a região não estava no curso de nenhuma importante rota de comércio (Fonseca, 2001, p. 28).

A colonização do Alto Paraguai, assim como a dos Arinos, malogrou. A descoberta de diamantes e o monopólio da coroa portuguesa sobre sua exploração, fizeram com que as autoridades metropolitanas ordenassem a evasão da região do Alto Paraguai (Siqueira, 2002,

p. 60). O relato de que não só padeceram as pessoas, mas “também os animais”, sugere que se desenvolveram em curto período de tempo atividades agropastoris na região.

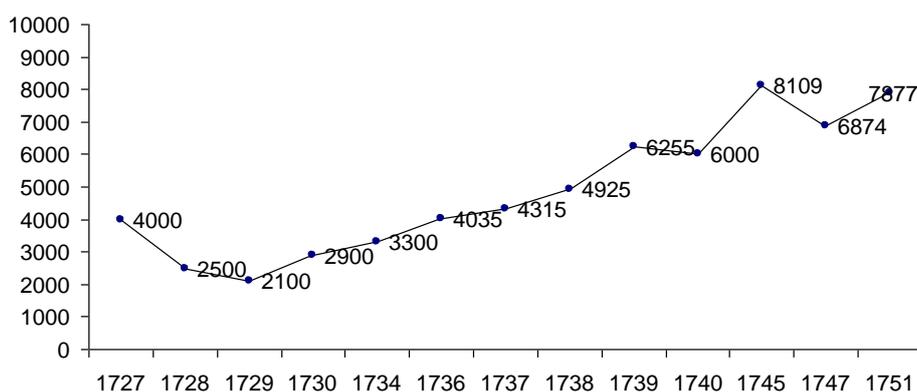
A rota Arinos-Tapajós não se tornou regular como o trajeto pelo rio Guaporé. Cremos que os principais motivos para este fato foram os descobrimentos de diamantes na região do Alto Paraguai<sup>9</sup>, os interesses geopolíticos portugueses em avançar a conquista para os territórios em litígio com a coroa espanhola, e os interesses dos comerciantes e também da coroa portuguesa em manter relações comerciais com os espanhóis.

As atividades produtivas reproduzidas no centro da América do Sul não estavam isoladas e/ou restritas ao âmbito local. Primeiramente apenas o comércio monçoeiro interligava a produção local à produção de regiões mais próximas ao litoral atlântico. A abertura do caminho de terra de Goiás à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1737), outro caminho da Vila Real até os arraiais de Mato Grosso e o contato com territórios espanhóis completaram uma linha tortuosa que unia o centro da América do Sul aos oceanos Atlântico e Pacífico. Portanto, a produção de Cuiabá e de Mato Grosso estava ligada a circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do estado do Brasil com o estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis.

## Anexos

### QUADRO I

#### População do Cuiabá na Primeira Metade do Século XVIII



Fonte: (Rosa, 2003, p. 37).

<sup>9</sup> A exploração de diamantes na região do Alto Paraguai foi proibida pela Coroa, devido o monopólio real sobre sua exploração.

**TABELA I**  
**Preços registrados por Gervásio Leite Rebelo em 1726**  
**Preço em oitavas de ouro**

Produto	Prox. do rio Pardo	Varadouro de Camapuã	Arraial do S. B. J, Do Cuiabá
Milho (alqueire)	12	9	14
Farinha de Milho	-	-	20
Feijão (alqueire)	12	16	20
Galinha (unidade)	-	3	3
Carne de porco fresca (libra)	-	-	1
Carne de porco salgada (libra)	-	-	2
Abóboras (dúzia)	1	-	-
Toucinho (arroba)	-	32	-
Aguardente (frasco)	-	15	-
Ovos (dúzia)	-	-	1½

Fonte: Baseado nos dados de Rebelo. (REBELO, 1961, p. 121-123).

**TABELA II**  
**Preços de mercadorias nas minas do Mato Grosso (em oitavas de ouro)**

Produto	Minas do Mato Grosso -1736	Minas do Mato Grosso 1737-38
Milho (alqueire)	6	4
Farinha de milho		8
Feijão (alqueire)	10	20
Carne de vaca (libra)	2	1
Carne de porco (libra)	2	1
Toucinho (libra)	2,5	
Aguardente (frasco)	15	
Sal (prato)	4	
Marmelada branca (caixeta)	5	8
Marmelada de sumo (libra)	6 e 7*	
Açúcar (libra)	6 e 7*	4
Galinha	6	4
Camisa de linho	6	2
Ceroulas	4	
Chapéu de baeta	4	
Côvado de baeta	4	4
Pólvora (libra)		4

\* No documento está escrito: “uma libra de alguma marmelada de sumo que aparecia valia seis e 7/8; e pelo mesmo preço, uma libra de açúcar”. Fonte: Dados coletados nos *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade* (2001 p. 16) e na CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

**TABELA III**  
**Preços de mercadorias nas minas do Mato Grosso e nas minas do Cuiabá em 1738**

<b>Produto</b>	<b>Minas do Mato Grosso</b>	<b>Minas do Cuiabá</b>
Milho (alqueire)	4	1
Farinha de milho	8	2
Feijão (alqueire)	20	2
Carne de vaca (libra)	1	$\frac{1}{4}$
Carne de porco (libra)	1	$\frac{1}{4}$
Marmelada branca (caixeta)	8	$\frac{1}{2}$ **
Açúcar (libra)	4	$\frac{3}{4}$
Galinha	4	1
Camisa de linho	2	2
Côvado de baeta	4	$\frac{1}{2}$

\*\* Não especifica que se trata de marmelada branca. Fonte: (Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade, 2001 p. 16). CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

## **Documentos e Referências**

### **Documentos**

Documento 1 – CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 2 – REGISTRO do Regimento que levou para as novas minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva; São Paulo, 26-06-1723, citado por Carlos Alberto Rosa. (Rosa, 2000, p. 152).

Documento 3 – CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo 20-02-1743, Lisboa, 20-02-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT.

Documento 4 – CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 5 – CARTA do rei do governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 12-10-1739. mss., livro C001 doc.113, APMT.

Documento 6 – JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 7 – RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 8 – CARTA de D. Luiz de Mascarenhas ao rei. Santos, 16-04-1747; mss, microficha 41, doc. 1691, (AHU) – NDIHR/UFMT citado por Carlos A. Rosa (2000, p. 159).

Documento 09 – DESPACHO do Conselho Ultramarino. Lisboa, 31-08-1748; mss., microficha 41 [São Paulo], doc. 1691, citado por Carlos A. Rosa (2000 p. 159).

Documento 10 – CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06-03-1730. mss., microfilme Rolo 01, doc. 48, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 11 – CARTA do juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 05-03-1728. mss., microfilme Rolo 01, doc. 23, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 12 – PARECER de Rodrigo César de Menezes; Lisboa, 08-01-1732; mss., microficha 06, doc. 80, (AHU)-NDIHR/UFMT.

Documento 13 – CARTA-RELATÓRIO de Rodrigo César de Menezes; Cuiabá, 28-04-1728, citado por Otávio Canavarros (2004 p. 157).

Documento 14 – CARTA DE SESMARIAS concedida à Domingos Leme da Silva, 06-03-1727, citado por Siqueira (1997, p. 16-18).

Documento 15 – CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documento 16 – CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V]. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 13-09-1737; mss., microfilme Rolo 01, doc. 101, (AHU) – NDIHR/UFMT.

### **Documentos Publicados**

*Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001.

CAMELO, João Cabral. “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas. Relatos monçoeiros*. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

REBELO, Gervásio Leite. (1727). “Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César

de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas”. In: TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos Monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

SÁ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. Publicações Avulsas nº 53, Cuiabá: IHGMT, 2002.

## **Referências**

ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991.

BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. *Rev. Bras. Hist.*, 1998, vol.18, nº.36, pp. 281-296.

\_\_\_\_\_. “São Paulo em inícios: a sedimentação da riqueza e do poder”. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 439-463.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV-XVIII*. V. I – As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”. In: *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, 1986.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Nosso dicionário da língua portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

ROSA, Carlos Alberto. *A vila real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808). Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de Barbosa de Sá”. *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (orgs). *A terra da conquista*. História de Mato Grosso Colonial, Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1, 1997.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil: 1719-1819*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1990.